



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

ATA DA 66ª SESSÃO DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e quarenta e três minutos, o Vereador Thiago Damaceno declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Léo França que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Realizada a leitura da ata anterior, esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** GP Diversos nº: 302/2025 CMP (6607/2025); Projeto de Lei nº: 6691/2025 do Vereador Junior Paixão; Projeto de Lei nº: 6704/2025 do Vereador Dudu; Projeto de Lei nº: 6709/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Emenda Modificativa nº: 6678/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Emenda Aditiva nº: 6679/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Emenda Modificativa nº: 6710/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Requerimento de Informação nº: 6702/2025 do Vereador Léo França; Requerimento de Informação nº: 6703/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Indicação Legislativa nº: 6695 e 6696/2025 do Vereador Wesley Barreto; Indicação Legislativa nº: 6705/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Indicação nº: 6040/2025 do Vereador Octávio Sampaio; Indicação nº: 6662, 6663, 6664, 6665, 6666, 6668, 6670 e 6675/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 6667, 6672, 6681, 6685, 6686, 6687, 6688, 6689 e 6690/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 6669 e 6671/2025 do Vereador Dudu; Indicação nº: 6674/2025 do Vereador Dr. Aloísio; Indicação nº: 6697/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 6701/2025 do Vereador Tiago Leite; Indicação nº: 6661 e 6700/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Terminada a leitura do **EXPEDIENTE**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim o primeiro Vereador: **1) LÉO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Na sequência, discordou respeitosamente da opinião do vereador Gil Magno sobre a paralisação da empresa TURP. Explicou que, por prudência, esteve no sindicato no início da semana, onde conversou com dirigentes sindicais e rodoviários de diferentes empresas. Segundo ele, a queixa é unânime: o prefeito municipal, durante o período eleitoral, comprometeu-se a negociar a pauta de reivindicações da categoria ainda no mês de março. Contudo, até o fim de junho, o prefeito teria se ausentado completamente das negociações. Os rodoviários reivindicam um reajuste de 7%, e não se pode aceitar tamanha inércia do poder público desde março. Declarou que não se pode isentar a prefeitura de responsabilidade diante dessa situação. Lembrou que, assim que ocorreu a paralisação, foi divulgado um comunicado alegando que havia uma reunião marcada com o sindicato, o que, segundo ele, não era verdade. Essa reunião teria sido agendada às pressas, apenas como reação ao movimento, quando deveria ter sido marcada no início do ano. Demonstrou solidariedade à população,



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

destacando que o projeto maior é o da cidade, mas também fez questão de enfatizar que os rodoviários foram enganados durante o processo eleitoral. Ressaltou que, se o prefeito prometeu apoiar a categoria e hoje se recusa a recebê-la, isso é grave. Disse lamentar profundamente a greve, reconhecendo que a empresa TURP também possui responsabilidades, mas que a maior delas recai sobre quem fez promessas públicas e não as cumpriu. Recordou o episódio do dia 7 de setembro de 2024, quando houve paralisação do transporte público e os ônibus foram abandonados na rua Paulo Barbosa. Segundo ele, à época, o atual prefeito, ainda como vereador, participou dos protestos e fez discursos fáceis, mas agora, como gestor, não quer assumir suas responsabilidades. Criticou ainda o chamado "plano de contingência" anunciado recentemente pelo prefeito, questionando sua existência, visto que nada teria sido publicado no portal da transparência. Afirmou que a prefeitura tentou iludir até o judiciário em audiência pública, mas o juiz Dr. Jorge, com firmeza e serenidade, teria mostrado que houve inversão da pauta, atribuindo a responsabilidade ao prefeito. Relatou ter visitado uma oficina no bairro Centenário, onde estavam estacionados 17 ônibus escolares sucateados, adquiridos por meio de adesão a uma ata de uma empresa de Itaboraí. Segundo ele, a crise atinge a educação, com falta de merenda e transporte, e a saúde, com ausência de ambulâncias, medicamentos, proteínas e até filmes para exames de mamografia. Em contrapartida, o prefeito teria mantido seu salário em dia e com aumento de 70%, sem demonstrar disposição para rever essa medida. Criticou ainda o uso de uma caminhonete Ranger 0 km pelo prefeito, adquirida pela Defesa Civil, enquanto faltariam insumos básicos nos hospitais. Considerou inaceitável esse tipo de gasto em meio à crise. Abordou também a questão dos eventos promovidos pela prefeitura. Relembrou que havia feito um requerimento de informação solicitando transparência quanto à atuação da empresa RP12. Relatou ter conversado com uma das vítimas da venda de barracas durante esses eventos. Segundo ele, um ex-chefe de gabinete teria vendido o mesmo espaço no Palácio de Cristal para mais de dez pessoas, usando o carro oficial da Secretaria de Esportes para se impor e enganar os interessados. Acusou o prefeito de não ter apresentado qualquer boletim de ocorrência formal sobre o caso, como havia prometido. Solicitou, então, aos vereadores, membros da comissão que acompanha os eventos, que o convidem para participar das reuniões, pois dispõe de elementos concretos para colaborar com as investigações. Alertou que há notas sendo "plantadas" na imprensa com o objetivo de intimidar possíveis denunciadores, sendo que os prejuízos ultrapassariam R\$ 200 mil. Encerrando sua fala, comentou a situação da saúde pública. Informou que a licitação para compra de filmes para exames estaria marcada apenas para 11 de julho e, para os aparelhos de medição de glicose, apenas para 4 de julho, o que comprometeria o atendimento de pacientes até lá. Criticou a atuação de aliados do Dr. Luizinho dentro do Hospital Alcides Carneiro, mencionando tentativas de terceirização da UTI neonatal. Finalizou desejando sucesso ao presidente da Casa na condução da comissão mencionada, colocando-se à disposição para colaborar e contribuir para que, juntos, possam fazer história no



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

Legislativo. Agradeceu e despediu-se. **2) JÚLIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou que não poderia subir à tribuna naquele momento sem abordar a paralisação dos rodoviários da empresa TURP. Ressaltou que a questão é muito mais profunda do que qualquer debate superficial possa sugerir, e que o momento deve ser aproveitado para discutir todo o contexto do transporte público no município de Petrópolis. Pontuou, dirigindo-se ao vereador Gil Magno, que é preciso refletir se são as próprias empresas que estão influenciando os rodoviários a realizarem a paralisação. Questionou com preocupação se o município realmente pretende destinar R\$ 150 milhões em verbas federais para a compra de ônibus e repassar essa frota a essas mesmas empresas, o que, segundo ela, configuraria uma recompensa a operadoras que têm prestado um serviço de baixa qualidade. Alertou para os diversos elementos caóticos que caracterizam o atual cenário do transporte público, começando pela concessão de um serviço público a empresas privadas que visam o lucro, o que considera um modelo problemático. Lembrou que o transporte é um direito fundamental, pois garante o acesso à saúde, educação, assistência social, cultura e lazer. Criticou o fato de Petrópolis ter uma das tarifas mais caras do estado, mesmo com um serviço precário, tanto para os usuários quanto para os trabalhadores. Defendeu os rodoviários, afirmando que é inaceitável que trabalhem sem reajustes salariais, sem receber em dia e exercendo dupla função, atuando como motoristas e cobradores ao mesmo tempo, sem remuneração compatível. Reforçou que a situação tende a se repetir enquanto o transporte público continuar sob responsabilidade de empresas privadas. Reafirmou que essas empresas priorizam o lucro e não o bem-estar da população. Por isso, questionou novamente: é realmente para essas empresas que se pretende entregar os R\$ 150 milhões do empréstimo federal? Destacou que os recursos são públicos, fruto dos impostos pagos pelos petropolitanos, e não deveriam ser usados para fortalecer operadoras que precarizam o serviço. Considerou inaceitável e inacreditável que ainda não se tenha avançado no debate sobre a municipalização do transporte público. Para ela, esse é o caminho para garantir o transporte como direito, e não como mercadoria, e nesse sentido defendeu a implementação da tarifa zero. Reiterou que não se deve renovar contratos com empresas que sucateiam o serviço, lembrando que os impactos da paralisação são profundos, afetando diretamente a população que depende do transporte para ir ao trabalho, levar os filhos à escola e retornar para casa. No entanto, reforçou que os rodoviários estão enfrentando condições de trabalho extremamente desfavoráveis e, por isso, merecem apoio e solidariedade. Destacou que essa é uma oportunidade única para o município romper com a lógica da privatização do transporte. Informou que Petrópolis está pleiteando os R\$ 150 milhões por meio do PAC Seleções – Mobilidade, e esse seria o momento ideal para estruturar uma empresa pública municipal de transporte, que opere com tarifa zero e garanta um serviço de qualidade, sem repasses ao setor privado. Segundo ela, enquanto o transporte estiver nas mãos de empresas privadas, haverá sempre disputa por lucro, o que se traduz em reajustes



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

de empresas privadas, haverá sempre disputa por lucro, o que se traduz em reajustes tarifários, sucateamento do serviço e exploração dos trabalhadores. Afirmou que o debate sobre o valor da passagem não pode ficar nas mãos das empresas. Reivindicou que esse controle seja assumido pelo município, garantindo que o transporte em Petrópolis seja efetivamente um direito de todos. Por fim, reforçou que o Executivo municipal tem, neste momento, uma oportunidade histórica de romper com o modelo atual, encerrando a lógica que permite que empresas privadas lucrem com um serviço essencial. Lembrou que, se ontem o problema foi com a Petro Ita e a Cascatinha, hoje é com a TURP e a Cidade Real, e que, sem mudança estrutural, novos colapsos continuarão a ocorrer. Finalizou reafirmando que os R\$ 150 milhões devem ser utilizados para a criação de uma empresa pública municipal com tarifa zero, garantindo mobilidade digna para toda a população. Agradeceu e despediu-se. 3) **PROFESSORA LÍVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou como um serviço de prestação à população, como o transporte coletivo, pode impactar profundamente a vida da cidade. Comentou a atual paralisação dos ônibus, que bloqueia o deslocamento das pessoas e compromete a mobilidade urbana em Petrópolis. Citou também as recentes mudanças no trânsito na Bauern, que dificultam ainda mais a rotina dos petropolitanos, fazendo com que passem mais tempo no trânsito. Para ela, tudo isso evidencia a necessidade urgente de discutir o sistema de mobilidade urbana do município, apontando a ausência de modais alternativos e de planejamento técnico. Criticou a gestão baseada no “achismo” por parte da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans) e da própria prefeitura, quando já existem estudos técnicos que poderiam embasar uma gestão mais eficiente. Como exemplo positivo, citou cidades próximas como Teresópolis e Juiz de Fora, que estão implementando a tarifa zero. Defendeu a tarifa zero como uma forma de democratizar o acesso à cidade, permitindo o deslocamento das pessoas com mais agilidade e justiça social. Afirmou que essa decisão depende, sim, de recursos públicos, recursos que atualmente já são destinados às empresas de ônibus, mas, sobretudo, de vontade política. Até hoje, segundo ela, não houve disposição do governo municipal para democratizar o transporte e garantir seu caráter verdadeiramente público. Segundo ela, essa é uma escolha que o prefeito pode fazer: pode optar por garantir que a população tenha acesso ao transporte para consultas médicas, visitas familiares, tratamentos de saúde, escola e trabalho, ou continuar pactuando com empresas privadas que lucram com o serviço. Lembrou que esse lucro nem sequer permanece na cidade, pois os donos das empresas de ônibus não residem em Petrópolis e, portanto, não contribuem para a economia local. Além disso, contratam trabalhadores com baixos salários, como os motoristas e os poucos cobradores restantes, que, em muitos casos, exercem dupla função sem remuneração adequada. Relatou ter presenciado, na rodoviária, denúncias de rodoviários sobre atrasos no pagamento do vale-refeição e dos salários, algo que já havia ocorrido anteriormente com a PetroIta. Segundo ela, isso tudo reflete um projeto de cidade excludente, onde nem todos têm o



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

mesmo direito de circular, e onde muitos enfrentam longas esperas sob chuva, em locais sem infraestrutura mínima. Criticou o modelo atual de mobilidade urbana e afirmou que não se trata apenas de debater o valor da tarifa, mas sim de garantir que os trabalhadores sejam pagos e que a população tenha acesso digno ao transporte. Condenou a política do governo de oferecer transporte gratuito para turistas durante eventos, como a Bauernfest, enquanto a população segue pagando R\$ 5,30 na tarifa. Ressaltou que quem vota no prefeito é o morador, não o turista, e que, se há recursos para oferecer tarifa zero para visitantes, também é possível planejar a implementação progressiva da tarifa zero para todos, começando, por exemplo, nos fins de semana e feriados, por meio de um plano debatido com a Câmara e com a sociedade. Cobrou do prefeito coragem para cumprir as promessas de campanha e lembrou que a Casa tem feito um debate transparente sobre o tema. Questionou também qual é o plano da prefeitura para ciclovias e para diversificar os meios de transporte coletivo, dizendo que a população quer saber se haverá enfrentamento real dos problemas da mobilidade urbana. Em seguida, abordou outra questão crítica relacionada ao transporte: o atraso no pagamento das pessoas que realizam o transporte de estudantes com deficiência. Informou que a Câmara já oficiou a Secretaria de Educação e cobrou o pagamento dos trabalhadores, que, até o dia 26 de junho, ainda não haviam recebido o salário referente ao mês de maio. Questionou se o salário do prefeito também está atrasado, lembrando que, ao contrário, foi reajustado e segue sendo pago em dia. Apelou para que as famílias cobrem da prefeitura o pagamento dos profissionais que transportam seus filhos, irmãos ou sobrinhos. Alertou que, se os motoristas não forem trabalhar na sexta-feira, dia 27 de junho, a prefeitura deverá ser responsabilizada. Questionou se haverá abono para os estudantes que faltarem, se os professores irão até a casa dos alunos ou se o próprio prefeito irá buscá-los. Afirmou que a prefeitura precisa apresentar respostas concretas. Encerrando sua fala, tratou da situação da saúde pública. Relatou visita à comunidade de São João Batista, no Duarte da Silveira, onde o posto de saúde está sem médico desde maio. Informou que a decisão da Secretaria de Saúde tem sido encaminhar esses moradores para atendimento em unidades distantes, como o Centro de Saúde ou o posto da Mosela. Questionou quem irá arcar com os custos de passagem nesses casos, especialmente considerando que muitas pessoas precisam pegar dois ônibus para serem atendidas. Mencionou relatos de senhoras que aguardam, sem sucesso, por consultas, exames ou apenas uma assinatura médica para ter acesso a remédios. Segundo ela, não adianta apenas contratar médicos temporários, é preciso realizar concurso público e garantir plano de cargos, carreira e salários para os profissionais da saúde. Afirmou que médicos contratados entram na comunidade, atendem de forma pontual e vão embora, sem vínculo com os pacientes. Para ela, trabalhar em postos de saúde exige humanidade e formação humanizada. Finalizou destacando que, só naquela fala, abordou três secretarias diferentes: CPTrans, Educação e Saúde, o que, para ela, evidencia que o governo enfrenta três grandes problemas estruturais. Agradeceu e despediu-se. 4) **THIAGO DAMACENO, PSDB** – Iniciou a sua fala



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Afirmou que o tema que o levou à tribuna naquele dia não poderia ser outro senão o transporte público. Dirigindo-se ao vereador Gil Magno, declarou estar indignado e apreensivo com a situação atual da mobilidade urbana no município. Relatou que, naquele exato momento, enquanto o debate ocorria na Câmara, uma enorme quantidade de trabalhadores e trabalhadoras, muitos dos quais dependem exclusivamente do transporte coletivo, ainda estavam nas ruas sem saber como voltariam para suas casas após um dia inteiro de trabalho. Lamentou o sofrimento dessas pessoas e destacou que o debate sobre o transporte público é, de fato, complexo, o que exige soluções igualmente complexas. Afirmou que, embora a discussão sobre a tarifa seja central, mais grave do que a própria questão tarifária é o fato de o serviço simplesmente não estar funcionando. Para ele, a ausência de transporte afeta diretamente a vida da população e causa angústia em quem depende dele para ir trabalhar no dia seguinte, sem garantia de que haverá condução disponível. Posicionou-se de forma solidária aos rodoviários, destacando que os relatos que recebeu indicam que a paralisação da empresa TURP se deve principalmente ao não cumprimento, por parte da empresa, de suas obrigações trabalhistas com motoristas e cobradores. Afirmou que o pleito dos trabalhadores é legítimo, pois estão reivindicando seus direitos básicos, e que a responsabilidade por esses pagamentos é da empresa, não pode ser atribuída à prefeitura ou condicionada a reajustes, vales ou repasses. Lembrou, inclusive, de sua experiência enquanto gestor da CPTrans, e disse que, naquela época, enfrentou situações semelhantes com empresas como a Petro Ita e a Cascatinha. Afirmou que presenciou a tentativa dessas operadoras de transferirem a responsabilidade dos atrasos salariais à prefeitura, quando, na verdade, os pagamentos dos funcionários são obrigação das próprias empresas, um direito que deve ser respeitado e não tratado como favor. Demonstrou preocupação com a possibilidade de a paralisação ter sido provocada de forma deliberada pela empresa. Caso isso se confirme, afirmou que tal prática constitui crime e deve ser encaminhada às instâncias competentes para investigação e responsabilização. No entanto, destacou que essa crise deve ser analisada de forma mais ampla, considerando a complexidade estrutural do sistema de transporte do município. Observou que, nos últimos 16 anos, Petrópolis já enfrentou a falência ou grave crise de ao menos seis empresas do setor: Esperança, Autobus, antiga Viação Petrópolis, Petro Ita, Cascatinha e, agora, TURP. Para ele, esse histórico de instabilidade evidencia um problema estrutural e sistêmico na política de mobilidade urbana. Destacou que as reclamações contra a empresa TURP são mais numerosas do que em relação às demais operadoras. Com base nos relatórios mensais de operação, fruto de uma lei proposta pela vereadora Júlia, afirmou que os dados revelam uma discrepância clara na qualidade do serviço prestado pela TURP em comparação com outras empresas. Citou, por exemplo, o distrito do Quitandinha, área que conhece bem, e relatou que os moradores enfrentam cotidianamente ônibus superlotados, que muitas vezes passam direto dos pontos devido à lotação. Informou que pessoas



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

aguardam por até 40 minutos no ponto, especialmente nos horários de pico, para entrarem em ônibus lotados, comparando a situação ao desconforto de estar “espremido como em uma lata de sardinha”. Para ele, esse é mais um sintoma da falência da política de mobilidade urbana da cidade. Ressaltou que não existem soluções simples para problemas complexos e que o debate precisa incluir questões como tarifa zero, ampliação de subsídios e reorganização do sistema para garantir eficiência, regularidade e respeito à população. Chamou atenção também para o fato de que os ônibus, em muitas linhas, não conseguem cumprir os horários programados devido aos congestionamentos. Disse que veículos que saem no fim da tarde podem ficar 40 a 50 minutos parados no trânsito, acumulando atrasos e circulando em comboio. Concluiu sua fala alertando que Petrópolis está à beira de um colapso no sistema de transporte coletivo. Para ele, é urgente que a cidade eleja a mobilidade urbana como prioridade de política pública, com um debate sério, qualificado, e que inclua decisões corajosas, ainda que impopulares, para reorientar o rumo da mobilidade na cidade. Agradeceu e despediu-se.

5) JÚNIOR CORUJA, PSD – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou que, enquanto acompanhava a excelente exposição anterior, fez algumas anotações e também recebeu mensagens da população, a partir das quais elaborou um breve resumo sobre a situação do transporte público da cidade. Ressaltou que o sistema de transporte público já sofre com problemas há muitos anos e, embora concorde com algumas opiniões apresentadas pelos colegas, considera fundamental manter sua própria visão sobre os acontecimentos. Relatou que, ao tomar conhecimento da paralisação dos rodoviários da empresa TURP, ocorrida naquela mesma tarde, sentiu grande estranheza. Observou que a situação se agravou logo após a audiência pública realizada no dia anterior, com a presença de representantes das empresas e da CPTrans. Destacou que, naquela ocasião, o prefeito se posicionou de forma firme contra o reajuste da tarifa, justificando sua decisão com base nas falhas operacionais do sistema. Mencionou que, durante a semana, algumas empresas efetuaram o pagamento parcial de seus funcionários, deixando a maioria sem receber seus vencimentos. Para ele, essa sequência de eventos levanta suspeitas. Questionou se os atrasos nos pagamentos teriam sido intencionais, justamente para provocar a revolta dos rodoviários e gerar a paralisação. Afirmou que acompanhará de perto os comportamentos das empresas e frisou que nem a população, nem os trabalhadores, devem pagar pela irresponsabilidade dos empresários do setor de transporte. Ressaltou que tem recebido mensagens de diversas localidades do município, como o centro, os terminais de Corrêas e Itaipava, e no bairro de Araras, relatando dificuldades causadas pela paralisação. Citou o caso específico de uma jovem universitária que o procurou aflita, quase chorando, por estar impossibilitada de comparecer à faculdade no dia de uma prova muito importante, para a qual vinha estudando há mais de um mês. Segundo ela, tinha dinheiro apenas para a passagem de ida e volta, e a paralisação comprometeu seu deslocamento. Lamentou a situação e afirmou que, embora os rodoviários estejam lutando por seus direitos, e não devam



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

ser responsabilizados, é evidente que a culpa recai sobre os empresários, que não demonstram compromisso com a população. Por fim, dirigiu-se ao prefeito, pedindo que mantenha uma postura firme, pois, conforme destacou, quem comanda o transporte público da cidade é o município, e não os empresários. Finalizou declarando apoio à gestão, desde que as ações sejam voltadas para a defesa dos que mais precisam. Agradeceu e despediu-se. Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS** o Senhor Presidente, passou à **ORDEM DO DIA**: Colocado em discussão e votação Pedido de Vista por 2 sessões do Projeto de Lei nº: 2523/2023 do Vereador Fred Procópio; o Pedido foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Octávio Sampaio; Registre-se que o Vereador Carlos Alberto e o Vereador Dudu votaram contra o Pedido; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 6257/2025 da Vereadora Professora Lívia; o Projeto foi aprovado com 14 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio; Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 6707/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; o Requerimento foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Carlos Alberto, do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Léo França, do Vereador Octávio Sampaio e do Vereador Tiago Leite; Colocado em discussão e votação o Projeto de Lei nº: 6003/2025 do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Junior Paixão; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Carlos Alberto, do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Dudu, Vereador Léo França, da Vereadora Professora Lívia e do Vereador Tiago Leite; Colocado em 1ª discussão e votação em bloco dos Projetos de Resolução nº: 3637, 4931, 5330, 5333, 5351 e 5542/2025; os Projetos foram aprovados com 15 votos; Colocado em votação e discussão as Indicações em bloco nº: 0943, 0945, 0946, 1797, 1798, 1799, 3243, 3268, 3275, 3557, 3564, 3596, 4156, 4199, 4203, 4470, 4477, 4482, 5798, 5817, 5818, 6448, 6449, 6450, 6494 e 6540/2025; as Indicações foram aprovadas com 15 votos; Terminada a **ORDEM DO DIA** e **NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezenove horas e vinte minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia primeiro de julho às dezesesseis horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins, Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins